



Introdução: a multidimensionalidade da construção da paz em Timor-Leste

Autor(es): Freire, Maria Raquel

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/36615>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0890-7_1

Accessed : 19-May-2017 18:03:53

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



CONSOLIDAÇÃO
DA PAZ E A SUA
SUSTENTABILIDADE
AS MISSÕES DA ONU
EM TIMOR-LESTE
E A CONTRIBUIÇÃO
DE PORTUGAL

MARIA RAQUEL FREIRE
COORDENADORA

IMPrensa DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

MARIA RAQUEL FREIRE

rfreire@fe.uc.pt

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais, Coimbra

School of Economics of the University of Coimbra and Centre for Social Studies, Coimbra, Portugal

INTRODUÇÃO: A MULTIDIMENSIONALIDADE DA CONSTRUÇÃO DA PAZ EM TIMOR-LESTE

RESUMO:

Este capítulo introdutório enquadra a temática central a este volume através da abordagem que faz aos conceitos de manutenção e construção da paz (*peacekeeping* e *peacebuilding*), e da análise destes processos no caso de Timor-Leste. O capítulo analisa o período compreendido entre o referendo de 1999 e a restauração da independência em 2002, e a saída das Nações Unidas do território enquanto protagonista de uma densa presença externa. O capítulo discute que paz está a ser construída em Timor-Leste recorrendo para tal à análise do processo de transformação e consolidação desta a nível político, social, securitário e económico. Esta multidimensionalidade que caracteriza a construção da paz encontra paralelo na complexidade associada às dinâmicas que lhe subjazem. Abordagens, atores e contextos são elementos fundamentais de análise no mapeamento da construção da paz em Timor-Leste que este capítulo analisa. Deste modo, e com um objetivo claro de enquadramento teórico e conceptual, o capítulo serve de porta de entrada para as análises que se seguem e que de forma mais particular se centram em vários dos aspetos aqui identificados, desde a dimensão securitária à do desenvolvimento, numa perspetiva mais direcionada.

Palavras-chave: Manutenção da paz; construção da paz; Nações Unidas; Timor-Leste

INTRODUCTION: THE MULTIDIMENSIONALITY OF PEACEBUILDING IN TIMOR-LESTE

ABSTRACT:

This introductory chapter frames the central thematic of this volume in its approach to the concepts of peacekeeping and peacebuilding, and the analysis of these processes in the case of Timor-Leste. The chapter analyses the period between the 1999 referendum and the restoration of independence in 2002, and the withdrawal of the United Nations from the country in 2012, as the main protagonist of a complex external presence. The chapter discusses which peace is being built in Timor-Leste during this period, by looking at the process of transformation and consolidation of peace at the political, social, security and economic levels. This multidimensionality that characterizes the construction of peace finds parallel in the complexity associated to its underlying dynamics. Approaches, actors and contexts are fundamental elements in the mapping of peacebuilding in Timor-Leste that this chapter focuses on. In this way, and with a clear objective of theoretical and conceptual framing, the chapter serves as the main entrance for the contributions that follow.

Keywords: Peacekeeping; Peacebuilding; United Nations; Timor-Leste

INTRODUÇÃO

A MULTIDIMENSIONALIDADE DA CONSTRUÇÃO DA PAZ EM TIMOR-LESTE

Maria Raquel Freire

Introdução

O processo de consolidação da paz é um processo complexo, que envolve atores diferenciados, objetivos diversos e que implica decisões e reações também elas distintas, num quadro de análise que se revela cada vez mais multidimensional. Esta multidimensionalidade define-se quer em termos verticais, relativamente a níveis de análise que vão desde o contexto local ao envolvimento de atores externos e a dinâmicas do sistema internacional, quer em termos horizontais, relativamente a áreas setoriais que se cruzam nestes processos, e que contemplam desde aspetos políticos e de segurança, até questões económicas, sociais, culturais e outras. É este quadro complexo que define as bases de análise deste volume e que se centram no processo de construção e consolidação da paz em Timor-Leste, no posicionamento de Portugal, e no contributo das Nações Unidas (NU) através das suas várias presenças, desde a organização do referendo de

1999 e da administração transitória, até à missão integrada que fechou a sua presença em maior escala no país.

Este capítulo introdutório enquadra, assim, a temática central a este volume através da abordagem que faz aos conceitos de manutenção e construção da paz (*peacekeeping* e *peacebuilding*), e da análise destes processos no caso de Timor-Leste. O capítulo analisa o período compreendido entre o referendo de 1999 e a restauração da independência em 2002, e a saída das Nações Unidas do território enquanto protagonista de uma densa e ativa presença externa. O capítulo discute ainda o modelo de paz que está a ser construído em Timor-Leste, recorrendo para tal à análise do processo de transformação e consolidação deste a nível político, social, securitário e económico, tal como promovido no quadro da presença das NU. A multidimensionalidade que tem caracterizado os processos de construção da paz encontra paralelo na complexidade e diversidade associadas às dinâmicas que lhes subjazem. As diferentes abordagens, atores e contextos são alguns dos elementos fundamentais de análise no mapeamento da construção da paz em Timor-Leste que este capítulo analisa. Deste modo, e com um objetivo claro de enquadramento teórico e conceptual, o capítulo serve de ponto de partida para as análises que se seguem e que de forma mais particular ou temática se centram em várias das dimensões aqui identificadas, desde a securitária à do desenvolvimento, numa perspetiva mais direcionada.

Neste contexto, este estudo é informado por um quadro crítico de análise na linha de autores como Duffield (2001) e Richmond (2007) com o intuito de explicar não só dinâmicas mais visíveis associadas ao processo de consolidação da paz no caso específico de Timor-Leste bem como as estratégias de atuação das missões de paz a nível local, mas também as dinâmicas invisíveis que dizem respeito essencialmente às relações locais e que, apesar do impacto direto na consolidação da paz, escapam frequentemente às estratégias definidas e implementadas. Este quadro permite-nos explicitar os pressupostos subjacentes a este tipo de intervenções, analisando as relações muitas vezes desajustadas entre o que é assumido ao nível do planeamento e implementação e a realidade no terreno. Identificamos, assim, duas perspetivas de análise em torno das quais grande parte da bibliografia

sobre *peacebuilding* conflui: o seu direcionamento estratégico no quadro das Nações Unidas e a questão da sua articulação com outras dinâmicas de construção da paz. A primeira remete para o debate entre uma estratégia marcadamente *top-down*, centrada nos decisores e elites políticas, e outra *bottom-up*, cujo enfoque incide sobre atores locais e o seu contributo para dinâmicas de construção da paz (Paris, 1997; Bellamy e Williams, 2004; Paris e Sisk, 2009). Este debate tem estado muito presente na bibliografia de referência sobre a temática, procurando demonstrar e desmontar o encapsulamento que alguns processos acabam por sofrer, dado o espalhamento em que os mesmos se inserem, ou seja, a sua definição ao mais alto nível, muitas vezes longe das realidades locais, seguindo padrões estandardizados, numa lógica de *one-size fits all* que está obviamente sujeita a várias limitações e críticas. O resultado é uma desconexão clara entre os procedimentos rotinizados e rígidos a nível burocrático e a sua aplicação a contextos locais específicos e dinâmicos. Assim, as NU têm sido objeto de crítica dada a sua abordagem *top-down*, que implica a aplicação de um conjunto de princípios e procedimentos no alinhamento neoliberal vocacionado para a consolidação institucional, com enfoque na realização de eleições e no Estado de direito. Sendo estas áreas fundamentais na construção do estado, e na consolidação da paz, são também manifestamente insuficientes, revelando-se por vezes respostas demasiadamente institucionalizadas, superficiais e incapazes de atender e responder às dinâmicas estruturais onde assentam a fragilidade, a instabilidade e muitas das questões de fundo em contextos problemáticos. No entanto, e como este trabalho o demonstra, as NU têm revelado algum cuidado a nível doutrinal na forma como têm tornado mais explícita a necessidade de interligação com as especificidades locais, de envolvimento mais claro entre a presença externa e a realidade a que está a procurar dar resposta, bem como ao nível da responsabilização pelos processos desenvolvidos. Esta lógica de atuação permite, assim, um maior envolvimento local e contribui para uma menor alienação em contextos de intervenção face à presença externa.

A segunda perspetiva abrange questões de articulação quer entre diferentes tipos de missões das Nações Unidas, quer entre estas e outras

políticas e atores. No primeiro caso, a questão fulcral prende-se com a articulação do *peacebuilding* com o *peacekeeping* (Ramsbotham *et al.*, 2005; Doyle e Sambanis, 2006); no segundo, a discussão centra-se nas funções desempenhadas pelo *peacebuilding* e, simultaneamente, por políticas e atores de cooperação para o desenvolvimento que convergem na mesma direção (Duffield e Wadell, 2004). Este debate a dois níveis é também central a este estudo, uma vez que se discute a evolução de missões de paz dos seus mandatos mais tradicionais para incluírem novas dimensões de atuação que compreendem elementos da construção da paz, quer do ponto de vista concetual quer em termos da sua implementação. Cada vez mais as missões integradas das NU reúnem elementos de manutenção e de construção da paz, respondendo à identificação da complexidade que uma intervenção envolve, nas suas dimensões vertical e horizontal. Isto não significa que estas missões sejam a resposta completa e ideal à diversidade e complexidade de problemas que se encontram no terreno, mas correspondem claramente a um esforço de inclusão de instrumentos e decisões em momentos cronologicamente menos definidos, e dessa forma atendendo mais às próprias necessidades do momento, que podem integrar elementos de prevenção, uma dimensão de segurança forte, bem como projetos de apoio humanitário ou reconstrução. A articulação destes mandatos na sua multidimensionalidade tem-se revelado um desafio, mas tem refletido simultaneamente as lições aprendidas em termos de processos rígidos e lineares, muitas vezes incapazes de responder à diversidade encontrada no terreno da intervenção. Além do mais, o nexo segurança-desenvolvimento assume-se como sendo cada vez mais central aos processos de manutenção e construção da paz. Apesar das inúmeras questões que se levantam, desde a militarização da ajuda, até à correspondência de emergência humanitária com legitimidade de atuação, revelando muitas vezes interpretações distorcidas da realidade, este é certamente um debate presente nas dinâmicas de intervenção atuais, e relativamente ao qual grande parte da bibliografia converge no sentido de reconhecer a complementaridade entre estas duas dimensões que, apesar de distintas por natureza, exigem uma articulação cuidada ao nível da implementação de políticas e práticas.

A análise destas questões no caso particular e muito específico de Timor-Leste contribui para uma melhor compreensão das dinâmicas de consolidação da paz, quer a nível teórico, quer ao nível da implementação. Pouco mais de uma década após a independência timorense, este capítulo e todo este volume analisam de forma aprofundada os processos associados à transição e consolidação do estado timorense, sob os auspícios das Nações Unidas e com o envolvimento de vários atores externos. A análise estende-se até aos dias de hoje, com uma presença já reduzida das NU, traduzida numa missão política, onde a articulação com atores externos não deixa de ser um desafio. Este capítulo em particular mapeia a presença das NU em Timor-Leste, identificando áreas de intervenção bem como dificuldades no processo de construção e consolidação da paz. Conclui-se que o modelo de paz que foi sendo promovido pelas NU ao longo do tempo se centrou muito numa dimensão institucional de paz como governação e que a retirada da *United Nations Integrated Mission in Timor-Leste* (UNMIT) e a presença mais reduzida das NU em Timor-Leste, com enfoque na dimensão do desenvolvimento e em questões económicas, reveste esta leitura de que uma paz institucional é insuficiente. Os capítulos seguintes conferem substância a várias das questões aqui mapeadas, discutindo de uma forma mais particular as diferentes dimensões da intervenção externa, bem como a sua inter-relação com as especificidades locais.

Modelo de intervenção das Nações Unidas: *peacekeeping* e *peacebuilding*

Tal como ambicionado na sua Carta fundadora, as NU desempenham um papel fundamental na paz e segurança internacionais. Apesar das missões de paz não estarem explicitamente contempladas na Carta das Nações Unidas (CNU) estão já incluídos princípios enquadradores do intervencionismo internacional. De facto, com o tempo e a experiência, a intervenção através de missões de paz tornou-se um instrumento privilegiado no seio da organização como forma de resposta aos desafios à paz e estabilidade. Documentos fundamentais como *Uma Agenda para a Paz* (Boutros-Ghali,

1992), o *Relatório Brahimi* (NU, 2000), a *Doutrina Capstone* (NU, 2008), o relatório *Peacebuilding in the immediate aftermath of conflict* (NU, 2009) ou o relatório do *Peacebuilding Support Office*, sobre *Operationalizing National Ownership* (PBSO, 2011) constituem exemplos quer das tentativas de consolidação doutrinária quer da evolução em termos operacionais que as instituições das NU fizeram nos últimos anos nesta matéria. Como referido acima, denota-se um reconhecimento gradual da especificidade dos contextos locais de intervenção, da partilha destes processos e da necessidade de diálogo inclusivo, assumindo-se a fluidez necessária para que as intervenções consigam efetivamente responder e corresponder a necessidades e expectativas. No quadro das missões de paz, o facto de estas missões serem enviadas a pedido das autoridades locais não significa incapacidade relativamente a estes pressupostos de base: o que precisamos e o que esperamos. Assim, a ancoragem da intervenção nestas duas simples, mas complexas, dimensões, acautelando especificidades contextuais a diferentes níveis, tem-se revelando um elemento central para o bom funcionamento de intervenções externas. A aliar a este aspeto, a questão da liderança — chefe de missão — deve aqui ser também sublinhada como central ao desempenho das funções definidas pelos mandatos, muitas vezes vagos e com uma linguagem demasiado ampla. A leitura e interpretação destes de forma simultaneamente flexível e criativa permitem a maior ou menor dinamização de atividades no contexto da intervenção, bem como a integração entre uma presença externa e uma realidade local que apesar de fragilizada ou mesmo marcadamente fragmentada, existe e deve ser, dentro das possibilidades, respeitada nas suas propriedades.

Como referido anteriormente, o modelo de intervenção das NU tem assentado numa abordagem democrática liberal à paz — «paz como governação» — focando-se em grande medida na construção e consolidação das estruturas institucionais. O objetivo central em contextos pós-violência é o de estabilização através da promoção de uma transformação pacífica, assente na consolidação de instituições funcionais ao nível do aparelho estatal, ou, em casos em que estas são inexistentes,

da sua criação. A definição de *peacebuilding* como sugerida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e que tem sido amplamente adotada, refere-se a um conjunto de medidas iniciadas com o objetivo de reduzir o risco de regresso da violência através do fortalecimento da capacidade institucional a diferentes níveis, e da definição das fundações para uma paz e desenvolvimento sustentáveis (International Dialogue on Peacebuilding and Statebuilding, 2010). Apesar da evolução doutrinária e no terreno, a distância entre palavras e ações revela-se ainda grande. Um dos principais problemas que tem sido apontado ao modelo de intervenção das NU tem sido a extrapolação deste distanciamento para a própria dinâmica de intervenção, ao manter uma abordagem centrada nos estados e, muitas vezes, não acautelando a dimensão local de forma inclusiva. Como referido, este distanciamento pode provocar sentimentos de alienação e exclusão nos contextos de intervenção. Contudo, o que o caso de Timor-Leste revela, e que pode ser uma importante lição aprendida destes processos, é que políticas e práticas podem efetivamente ser transformadas e apropriadas a nível local, quer através de dinâmicas de resistência quer de assimilação, quer ainda de ajustamento, não implicando necessariamente entendimentos de imposição externa numa lógica *top-down*.

As Nações Unidas em Timor-Leste¹

Após vinte e quatro anos de ocupação indonésia e de uma combinação de vários fatores a nível interno e internacional, em particular os desenvolvimentos na política indonésia com a chegada ao poder de Habibie em 1998, um envolvimento muito ativo da diplomacia portuguesa na questão

¹ A presença das NU em Timor-Leste entre 1999 e 2012 ficou marcada pelos mandatos diferenciados das missões, nomeadamente: a *United Nations Mission in East Timor* (UNAMET) 1999, a *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET) 1999-2002, a *United Nations Mission of Support to East Timor* (UNMISSET) 2002-2005, a *United Nations Office in East Timor* (UNOTIL) 2005-2006 e a *United Nations Integrated Mission in East Timor* (UNMIT) 2006-2012.

timorense, movimentos da sociedade civil e pressão da opinião pública com dimensão internacional, verificou-se a abertura política necessária para a realização do referendo relativo ao futuro de Timor-Leste, o qual teve lugar no dia 30 de agosto de 1999. De um total de 98% de votos registados, 78,5% foram favoráveis à independência (Governo de Timor-Leste, s/d). O processo de organização e condução do referendo foi apoiado pelas NU, mais especificamente a *United Nations Mission in East Timor* (UNAMET), mandatada para assegurar um escrutínio livre, participado, transparente e informado, permitindo o estabelecimento de um contexto político favorável à realização do mesmo nestas condições (UN 1999a, 1999b). Contudo, um cenário de grande instabilidade, de algum modo previsível, seguiu-se ao anúncio dos resultados. A violência ainda persistente intensificou-se, com as milícias pró-integração apoiadas pela Indonésia a provocarem distúrbios e a reclamarem a soberania do território. A situação de violência que emerge leva a uma extensão do mandato da UNAMET não só no tempo (até 30 de novembro de 1999), mas também nas competências, reforçando-as em termos da capacidade de resposta à crescente instabilidade. Contudo, o seu mandato, com uma componente forte na dimensão securitária, de formação da nova polícia e de desmilitarização dos antigos guerrilheiros e das milícias pró-indonésias, revelou-se insuficiente, obrigando à retirada da missão para a Austrália face à deterioração da situação no terreno. A missão integrava uma componente de polícia para trabalhar conjuntamente com a polícia indonésia na formação da nova polícia timorense; visava o envio de conselheiros militares para apoiar o processo de desmobilização das Forças Armadas de Libertação e Independência de Timor-Leste (Falintil) e das milícias pró-integração; e num registo político previa apoio ao processo de consolidação da recém-recuperada independência. Contudo, como referido, a incapacidade de implementação do mandato foi clara. A violência sobrepôs-se a uma agenda de reorganização das forças militares e de segurança, bem como de qualquer desenho político mais estável.

Face à situação vivida no terreno, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou o envio de uma força internacional, liderada pela Austrália, com o objetivo de restaurar a segurança e a paz. A *International*

Force for East Timor (INTERFET), uma força composta por cerca de 11,500 elementos, chegou ao terreno no dia 20 de setembro de 1999 (UN, 1999b), enfrentando um cenário de enorme destruição, com “mais de mil pessoas mortas, uma vasta porção da população forçada a fugir para as montanhas ou a atravessar a fronteira para Timor ocidental” (Aucoin e Brandt, 2010, p. 249). A fragilidade e instabilidade da situação em termos humanitários, políticos e de segurança assumem contornos severos. Ainda assim, a atuação da INTERFET e a decisão de 19 de outubro de 1999 da Assembleia Consultiva na Indonésia de reconhecimento dos resultados do referendo permitiram a estabilização gradual da situação. Num contexto alterado e mais favorável à implementação das mudanças profundas nas diversas áreas setoriais que o país precisava, é decidido o envio de uma missão de administração transitória das NU, a *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET), com a qual se pretende criar as instituições do estado timorense e permitir que este assuma as suas funções de base rumo à sua independência e consolidação. Reunindo em si as responsabilidades plenas pela administração do território — poder executivo, legislativo e judicial — o então representante especial do SGNU, Sérgio Vieira de Mello, comentava que a sua tarefa assumia contornos de “despotismo benevolente” (Lemay-Hebert, 2011, p. 193). De facto, a tarefa hercúlea de construção do estado e consolidação do mesmo, nas suas várias dimensões, estava a cargo da missão. Contudo, este não foi um processo fácil, sendo a experiência das NU a este nível ainda muito limitada e estando os capacetes azuis essencialmente habilitados a desempenhar tarefas relacionadas com segurança, nomeadamente treino da polícia e atividades militares, constituindo neste quadro, segundo o Embaixador Finn Reske-Nielsen (entrevista, 2012), uma novidade para o próprio quadro de intervenção das NU.

Seguindo o modelo de intervenção neoliberal, as NU promoveram a criação de instituições de governação centralizadas, a serem legitimadas através da realização de eleições e de acordo com princípios de Estado de direito e respeito por direitos e liberdades fundamentais. Este quadro neoliberal aplicou-se ao nível dos direitos e liberdades, e também ao nível do desenvolvimento do sistema socioeconómico que esteve subjacente

à implementação de um mandato alargado. A dimensão desse mesmo mandato exigiu grande flexibilidade quer da missão quer das autoridades locais para que a institucionalização de procedimentos fosse internalizada e para que mais tarde o processo de transferência de competências das NU para as autoridades locais decorresse de forma organizada e tranquila. No entanto, o mandato inicial da UNTAET é estabelecido pelo período de um ano apenas, o que era manifestamente insuficiente face à situação no terreno. Acabou por ser estendido e a missão permaneceu em Timor-Leste por cerca de dois anos e meio. Durante o período em que a UNTAET esteve a trabalhar, a estrutura política de base do atual estado timorense foi criada (UNTAET, 2002; Tansey, 2009; DeShaw Rae, 2009; Smith, 2003; Beauvais, 2001). No processo, o envolvimento dos timorenses foi amplo e a dinâmica de «timorização» foi ganhando espaço, significando a transferência de competências para os timorenses (entrevista a Ramos-Horta, 2012). É interessante notar que, apesar das dificuldades enfrentadas, há um reconhecimento generalizado de que a UNTAET desempenhou um papel fundamental num momento crucial da história timorense. A coincidência das agendas das NU e dos timorenses em termos da construção do estado e consolidação de estabilidade contribuiu para que o mandato pudesse ter alcance positivo. No entanto, não deve deixar de ser sublinhado o facto de a atenção das NU estar essencialmente voltada para as necessidades do estado na sua dimensão institucional, descurando as populações, o indivíduo enquanto unidade fundamental do processo de consolidação da paz. Esta é uma crítica fundamental à intervenção externa, na medida em que deve ser acautelada a existência de processos locais de resolução de diferendos, por exemplo, onde os indivíduos estão no centro dos processos. Tornar periféricos estes processos locais cria distanciamento entre os objetivos definidos para a intervenção e a sua efetiva implementação, dadas as dinâmicas de resistência, muitas vezes invisíveis, que são suscitadas e muitas vezes replicadas em resposta a diferentes áreas de intervenção. As dificuldades de implementação de partes do mandato das NU assentaram nesta desconexão que resultou de uma leitura incompleta das realidades locais.

Um exemplo concreto prende-se com o processo de desmobilização e reintegração das Falintil, conduzido de forma pouco exemplar pelas NU.² As condições em que os antigos guerrilheiros permaneceram acantonados em Aileu, aguardando instruções relativas ao seu futuro, descritas como desumanas (entrevista a Ramos-Horta, 2012) foi fortemente criticada internamente. Os homens que haviam lutado vários anos pela independência do país não estavam a ser tratados de forma digna e a necessidade de proceder rapidamente a um processo de desmobilização e reintegração revelou-se difícil desde o início e acabou por trazer sérios problemas mais tarde. Além do mais, o contexto interno permanecia desafiador, com incursões várias de milícias pró-indonésia a gerarem focos de tensão e violência e a questão da indefinição da fronteira terrestre a permitir também fluidez de movimentos, o que não ajudava nos esforços de estabilização. Mas apesar de todas as dificuldades, como referido, a atuação da UNTAET, nesta perspetiva muito institucional e de construção do estado, permitiu que a nova Constituição fosse aprovada em março de 2002, e uma relativa estabilização da situação ao nível da segurança, incluindo o início do processo de treino da nova polícia e forças armadas, o regresso de refugiados e a eleição de Xanana Gusmão como o primeiro presidente da República de Timor-Leste, a 14 de abril, abrindo caminho para a independência formal (e a conseqüente passagem de poderes e competências das NU para as autoridades timorenses), que se concretiza no dia 20 de maio de 2002.

A recuperação da independência significa um novo contexto onde a presença das NU vai ser ajustada. A *United Nations Mission of Support in East Timor* (UNMISSET) estava mandatada para monitorizar o processo de transição, com especial enfoque na administração pública e nas questões de segurança interna e externa. A consolidação da força de polícia e da componente militar eram parte integrante do mandato que previa a transferência gradual das competências de segurança para as forças nacionais, incluindo a redução efetiva da presença internacional face à capacitação local. Contudo este processo acabou por se revelar mais complexo do que

² Este tema será retomado de forma mais desenvolvida mais à frente no volume.

o inicialmente previsto, surgindo problemas graves no seio das forças de segurança (polícia e militares). Esta questão será mais desenvolvida ao longo do volume, pelo que serve esta referência para chamar a atenção para duas questões fundamentais: primeiro, a necessidade de lidar com as questões internas de forma integrada e inclusiva, o que, como já foi referido, nem sempre aconteceu; e segundo, a leitura demasiado otimista feita pela missão, não acautelando a permanência de problemas fundamentais no processo de consolidação da estabilidade. A necessidade de reforço do mandato foi demonstrativa deste limite. Além da sua extensão no tempo, a UNMISSET incluiu a definição de uma estratégia de saída que visava no processo de resposta aos desafios que permaneciam, evitar a criação de relações de dependência a nível local. No entanto, mais uma vez a distância entre palavras e ações se revelou fundamental: o exercício de capacitação local, que significava em termos genéricos a formação de recursos humanos nas mais diversas áreas de atuação do estado, que permitisse que a estratégia de saída pudesse ser implementada, revelou-se insuficiente e muito limitado. De facto, o modelo que informou a intervenção das NU assente em pressupostos de ação pré-definidos revelou-se, em vários momentos, inflexível para se ajustar adequadamente às especificidades locais. Apesar da transferência de competências e da atenção que a UNMISSET deu ao processo, estes limites foram claros e o objetivo de capacitação, em particular aqui de recursos humanos, foi limitado.

Em 2005, as NU decidem reduzir a sua presença face ao entendimento de que a consolidação do estado estava em curso, e de que a questão das relações de (in)dependência era central e tinha que ser bem trabalhada. A perceção era a de que a capacitação se iria fazendo com o tempo e de que o contexto era favorável à diminuição da presença externa. O *United Nations Office in East Timor* (UNOTIL) foi estabelecido (NU, 2005) com este objetivo de capacitação como linha central de atuação. Contudo, os problemas graves que surgiram em finais de 2006, envolvendo forças de segurança, acabaram por forçar inicialmente a extensão do mandato e, mais tarde, um pedido oficial das autoridades timorenses de uma missão com uma presença mais robusta. Sem pormenorizar os contornos desta crise,

que são analisados em detalhe mais adiante neste estudo, é importante aqui referir que a crise de 2006 teve um impacto profundo na história timorense, ao implicar “uma alteração do foco internacional do desenvolvimento para resposta de emergência” (Lothe e Peake, 2010, p. 434). Este recuo no processo de consolidação do estado e o regresso da violência forçaram uma intervenção conjunta de forças australianas, portuguesas, malaias e neozelandesas para conter a escalada de violência. É após a estabilização da situação que o primeiro-ministro de então, José Ramos-Horta solicita à NU o envio de uma missão diferenciada, ou seja, uma missão integrada (NU, 2006a). Este pedido reflete o entendimento de que a situação exigia uma resposta mais completa que ligasse efetivamente os vários elementos da intervenção numa resposta e ação coesa. Os temas que foram sendo mais ou menos prementes nos vários mandatos anteriores são todos retomados, desde as questões mais tradicionais associadas à consolidação institucional e à segurança, até questões sociais e económicas (a agenda do desenvolvimento é retomada).

Na sequência deste reconhecimento, o Relatório do SGNU de 8 de agosto de 2006 (NU, 2006b) é favorável ao envio de uma nova missão com estes contornos, sublinhando quatro aspetos essenciais a serem incluídos no mandato: 1) a necessidade de desenvolver medidas de longo-prazo que respondam à questão premente da capacitação humana e de desenvolvimento, assente em princípios democráticos; 2) o reconhecimento de que Timor-Leste progrediu de forma significativa em termos de governação e, desse modo, o regresso a um tipo de envolvimento mais estrutural não deveria ser retomado; 3) a transferência de responsabilidades e competências para as autoridades timorenses não deveria ser revertida; 4) e, finalmente, apesar das questões de segurança se manterem uma prioridade, outras áreas estruturais precisariam de atenção, incluindo desenvolvimento económico e social direcionado para grupos marginalizados, em particular em áreas não-urbanas. Este relatório marca um momento importante de viragem da presença das NU em Timor-Leste, bem como reflete lições aprendidas e incluídas em documentos oficiais mais genéricos sobre intervenções. Por um lado, a linguagem é simples e clara, e a estratégia que lhe subjaz é explícita. Por outro lado, reflete a inclusão de

processos assumidos localmente e a questão da corresponsabilização como elementos que devem ser parte integrante da definição de estratégias de intervenção e depois da sua implementação no terreno.

A *United Nations Integrated Mission in Timor-Leste* (UNMIT) criada a 25 de agosto de 2006, e por um período inicial de apenas seis meses, acabou por ver o seu mandato estendido até final do ano de 2012 (NU, 2006c). As suas atividades incluíam o assegurar da ordem pública, o reforço do funcionamento das instituições do estado, e a capacitação das Forças de Defesa e da Polícia Nacional. Com a aproximação de eleições parlamentares em 2007, assegurar um ambiente favorável à realização das mesmas assumiu-se também como objetivo central. O processo eleitoral decorreu dentro da normalidade, mas a comunicação dos resultados gerou contestação. Ainda a declaração de estado de emergência após as tentativas de assassinato do então primeiro-ministro Ramos-Horta e Presidente Xanana Gusmão adicionam à complexidade no terreno. A situação foi rapidamente controlada e a normalização retornou. Desde então, o processo de consolidação institucional foi prosseguido num contexto local estabilizado. As eleições de 2012, parlamentares e presidenciais, decorreram de acordo com os padrões internacionalmente definidos para estes processos, e desde a violência de 2008 não se verificaram novos incidentes que envolvessem violência generalizada. A UNMIT concluiu o seu mandato em dezembro de 2012, e foi substituída por uma presença política diminuída, com um enfoque claro em questões económicas e de desenvolvimento. Apesar de aparentemente o balanço da atuação da missão ser positivo, deve ser referido que o enfoque pós-missão nas questões do desenvolvimento e económicas, que podemos traduzir, de forma genérica, em termos de capacitação ao nível de recursos humanos e de infraestruturas — revela os próprios limites da missão. Ou seja, a paz que as NU promoveram em Timor-Leste foi uma paz institucional, muito centrada em questões de governação e de funcionalidade das instituições do estado. “O modelo de *peace-building* como *state-building*, e o de *state-building* como transferência de instituições-chave, em termos genéricos, moldou a resposta a Timor-Leste desde 2000” (Brown, 2011, p. 21). De facto, “é extraordinariamente reducionista, mesmo ‘mecanicamente

irrespirável' considerar que a comunidade política de um estado ou nação podem ser simplesmente identificados como as instituições-chave do governo, por mais importantes que estas sejam" (Carothers, cit. por Brown, 2011, p. 21). O desafio que permanece e é reconhecido como central é o de consubstanciar esta paz com uma dimensão estrutural e inclusiva, onde o indivíduo seja um agente central dos diferentes processos.

Os desafios à multidimensionalidade da paz em Timor-Leste

Face ao exposto relativamente aos desafios que a construção da paz enfrenta, na sua multidimensionalidade, e face a práticas institucionalizadas e nem sempre flexíveis, algumas propostas alternativas têm surgido como tentativa de resposta mais integrada a muitos destes desafios complexos. A proposta de desenvolvimento de modelos combinados — ou híbridos (Mac Ginty, 2010; Richmond, 2011; Freire e Lopes, 2013) — onde seja possível articular a presença externa com as especificidades locais tem ganho alguma visibilidade e revelou-se ao longo do processo de investigação que resultou neste volume, um entendimento de que no caso de Timor-Leste esta constitui de facto uma via alternativa. Basicamente, esta ideia segue o entendimento de que a integração de mecanismos informais nos processos formais pode ajudar a melhor responder às realidades e especificidades locais, dando desse modo uma resposta mais adequada e ajustada às várias necessidades e expectativas. Ou seja, assume-se que processos mais inclusivos poderão ajudar a diminuir percepções de alienação e imposição externa e dessa forma reforçar lógicas de legitimidade e reconhecimento destes processos e estratégias. Este processo foi especialmente claro ao nível da justiça e da forma como se tentou respeitar formas locais de resolução pacífica de diferendos, a par de um sistema de justiça formal, com tribunais em funcionamento.³ Assim, em termos da presença das NU duas ideias principais merecem destaque: primeiro, tratou-se de uma presença diversa com alguma

³ Esta questão será mais desenvolvida ao longo deste volume.

dificuldade de resposta em momentos específicos, e uma capacidade de articulação com a liderança timorense que se revelou positiva no processo, apesar de muitos desafios. Segundo, a questão da capacitação local que tem sido referida como uma das grandes críticas à presença das NU, que nunca conseguiram responder efetivamente a este desafio, permanece como linha de base para a formulação de estratégias inclusivas, para a qual a concentração num modelo de paz técnica aponta os limites, abrindo ao mesmo tempo novas perspetivas de interpretação da paz e da sua consubstanciação em termos concetuais e no terreno. A retirada da UNMIT permitiu uma alteração muito clara na linguagem e discurso político timorense, que se assume de forma muito explícita como estado independente e autónomo, estabilizado e com uma estratégia de crescimento e consolidação voltada para o futuro. Esta imagem é importante em termos das dinâmicas de integração regional e de afirmação de Timor-Leste no plano regional e internacional, visível por exemplo na candidatura do país à *Association of Southeast Asian Nations* (ASEAN), no assumir da presidência rotativa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) a partir de julho de 2014, ou mesmo no seu estatuto simultâneo de estado recetor e doador de ajuda ao desenvolvimento - relativamente à Guiné-Bissau e a São Tomé e Príncipe, por exemplo. De notar o percurso notável que o estado timorense fez em pouco mais de uma década em termos da sua consolidação a nível interno e no plano externo, e para a qual a presença das NU, em diferentes formatos e com momentos melhores e piores, contribuiu, apesar das dificuldades e desafios. A articulação de modelos de paz institucionais com modelos de paz centrados em elementos estruturais onde o indivíduo enquanto agente seja o ator central, permite o desenvolvimento de uma paz inclusiva e estruturalmente enraizada. Em termos da sustentabilidade dos processos, este parece ser o caminho a seguir.

Organização do volume

O volume está organizado em oito capítulos que procuram consubstanciar esta multidimensionalidade associada à construção da paz, e que atravessa

todo o processo de intervenção externa, seja através da intervenção das Nações Unidas, seja da atuação de Portugal, atores aqui analisados de forma mais específica. Este trabalho de investigação assentou numa forte componente empírica, envolvendo trabalho de campo e a realização de dezenas de entrevistas em Lisboa e Díli, a atores diferenciados e com envolvimento mais ou menos direto nestes processos. Após o mapeamento das questões que guiam este estudo no capítulo introdutório, Ramon Blanco desenvolve uma abordagem crítica à atuação das NU em Timor-Leste, desmontando de que forma o modelo de intervenção, que assumiu diferentes formatos em diferentes momentos, encontrou limitações sérias em termos de implementação. O capítulo faz uma descrição das operações de paz no terreno, partindo daí para desenvolver a crítica ao processo de construção da paz. O objetivo do estudo é não só sublinhar os elementos mais frágeis deste processo, como também repensar formas alternativas de envolvimento.

No segundo capítulo, António Leitão analisa as relações entre Portugal e Timor-Leste no tempo, recuando ao período da descolonização e focando nos desafios que se colocam ao longo do tempo e no contexto pós-intervenção. O capítulo mapeia o envolvimento de Portugal através dos mecanismos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento e acordos bilaterais, na construção do Estado Timorense, em setores diversos como a Justiça, Educação e Reforma das Forças de Segurança (com especial relevância no pós-crise de 2006). O capítulo argumenta que Portugal deve repensar a forma de promoção da língua portuguesa em Timor-Leste, optando por um modelo de cooperação multilateral, através da CPLP, em detrimento dos esforços bilaterais que têm sido implementados até ao momento. Através de uma abordagem multilateral, poderiam ser maximizados os recursos disponíveis, evitando a duplicação de esforços nos programas de reintrodução da língua, entre países como Portugal e Brasil, permitindo a facilitação do diálogo entre o poder político timorense e os doadores internacionais e promovendo projetos de cooperação mais coerentes e que garantam a longo prazo a continuidade do apoio internacional neste âmbito.

No terceiro capítulo, Daniela Nascimento analisa a cooperação portuguesa para o desenvolvimento em Timor-Leste, entendendo-a como um

dos vetores essenciais da política externa portuguesa e de projeção de Portugal no mundo, alavancando e potenciando relações privilegiadas com estes países, ao nível político, económico, social e de desenvolvimento. O capítulo conclui que o compromisso português com o desenvolvimento das suas ex-colónias nem sempre se tem refletido em políticas eficazes ou em alterações estruturais ao nível do desenvolvimento destes países, mostrando frequentemente ser esvaziado de uma estratégia coerente e eficaz. Apesar de alguns progressos já alcançados, o caso de Timor-Leste não é exceção, permanecendo os resultados da ajuda ainda aquém das expectativas e das potencialidades. A partir de uma análise das políticas de desenvolvimento levadas a cabo por Portugal em Timor-Leste, com enfoque particular nas áreas da educação, saúde e infraestruturas, o capítulo avalia, de forma crítica, o impacto da cooperação portuguesa para o desenvolvimento em Timor-Leste, sublinhando as suas contradições e fragilidades e refletindo também sobre as oportunidades e contributos positivos ao longo dos últimos anos.

Refletindo sobre a dimensão sociológica das intervenções militares externas, com enfoque nas forças armadas portuguesas no estrangeiro, Helena Carreiras entende que processos em linha divergente têm afetado as forças armadas portuguesas. Por um lado, uma diminuição da legitimidade do recrutamento do serviço militar obrigatório, uma redução de orçamentos e material obsoleto foram algumas das características visíveis de uma tendência de marginalização que tem sido comum à maioria dos exércitos das democracias ocidentais. Por outro lado, no mesmo período, vários processos de modernização foram postos em prática, afetando de forma importante a organização tanto em termos estruturais quanto culturais. O recrutamento de mulheres, desde o início dos anos 1990, o fim do serviço militar obrigatório em 2004 e o aumento da participação em operações de paz internacionais, a partir de meados de 1990, mudaram o panorama humano e as perspetivas organizacionais do exército de formas inéditas, com impacto visível no relacionamento entre as forças armadas e a sociedade portuguesa. Deste modo, o capítulo aborda, de um ponto de vista sociológico, o envolvimento das Forças Armadas Portuguesas em

operações de paz internacionais assim como implicações que possam ser retiradas da análise, considerando a provável redução do mesmo num futuro próximo.

De forma mais específica no que concerne o caso de Timor-Leste, Carlos Morgado Braz analisa a participação militar portuguesa em Timor-Leste e o impacto nas dinâmicas informais da reconstrução da paz. O capítulo argumenta que diante do enorme custo e dificuldade que foi apoiar logisticamente uma força militar a tão longa distância, Portugal esteve presente com um importante efetivo na componente militar da missão de paz em Timor-Leste. Além de se distinguir das restantes forças multinacionais, soube operacionalizar a questão da articulação das tarefas decorrentes da sua missão com as dinâmicas informais do relacionamento com os atores locais e a população. Este modelo provou ser estruturante na afirmação da presença militar portuguesa, bem como no impacto paulatinamente construído que teve na consolidação da paz. A intervenção internacional sob a tutela das Nações Unidas teve sucesso, mas a transferência da governação do país para os timorenses não foi adequada à implementação das estratégias de saída e que levaram ao ressurgimento da violência. Timor-Leste é entendido como mais do que um modelo para futuras operações de construção de Estados da ONU, pela forma como os processos foram conduzidos, podendo mesmo vir a constituir-se como um modelo para o desempenho de um papel crescente tanto na segurança regional asiática como no palco político internacional.

Paula Duarte Lopes analisa a reforma do setor de segurança em Timor-Leste entendendo que a segurança no âmbito de um processo de construção e consolidação da paz é inquestionável. No entanto, as ligações, mais ou menos visíveis e mais ou menos perigosas, entre o modelo implementado e a realidade local, muitas vezes não são devidamente incorporadas na análise e no plano de apoio a uma reforma do setor de segurança nestes países. Timor-Leste revela-se um caso interessante onde, por um lado, o modelo das Nações Unidas foi adaptado à realidade local por iniciativa de alguns países doadores e do próprio país beneficiário, mas, por outro, verificou-se uma abordagem distinta nessa adaptação entre as forças armadas e as

forças de segurança pública. Exatamente porque a segurança é essencial para construir uma paz sustentável, localmente apropriada, ter em conta a realidade histórica que resultou no contexto atual; ponderar a situação social, política e económica atual dos «novos» efetivos quer em termos de militares, quer em termos de polícia; identificar a relação entre estas novas forças de segurança e a sociedade, em termos de práticas e expectativas; facultar uma formação sólida mas ajustada às necessidades e vivências quotidianas locais, devem ser dimensões essenciais de qualquer reforma do setor de segurança. O capítulo argumenta que a sustentabilidade dessa reforma depende do seu enraizamento na sociedade local após a saída das forças das Nações Unidas.

Relativamente à intervenção das Nações Unidas e ao desenvolvimento do Estado de direito em Timor-Leste, Teresa Cierco argumenta que construir e fortalecer o Estado de direito nos países em desenvolvimento, particularmente naqueles que estão numa fase de transição ou a sair de um período de conflito armado, tornou-se foco central do trabalho das NU. Reconhece-se que o avanço do Estado de direito é essencial para a manutenção da paz e da segurança para a realização de um desenvolvimento sustentável, e da proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Embora localmente as atividades do Estado de direito sejam amplamente apoiadas pelas NU, o conceito não é ainda efetivamente compreendido ou implementado. Pode argumentar-se que a comunidade de doadores coloca demasiada ênfase na reforma das instituições formais e centralizadas, que não chegam necessariamente a toda a população. Este é o caso de Timor-Leste, que este capítulo analisa de forma detalhada, e onde a imposição por parte das NU do seu próprio ponto de vista sobre o Estado de direito através das suas missões tem vindo, em certas circunstâncias, a negligenciar os valores locais, o papel do costume e dos sistemas legais informais. O sistema de justiça tradicional, considerado crítico para a segurança e estabilidade, tem funcionado em paralelo com o sistema formal, com a maioria dos timorenses a utilizar apenas mecanismos de justiça local. O capítulo conclui que na última década se assistiu a um esforço nacional e internacional conjunto para desenvolver e estabelecer instituições de direito

em Timor-Leste, e que em muitos aspetos o país pode ser considerado um «laboratório de aprendizagem» para as NU sobre esta matéria.

Carla Luís analisa os processos eleitorais em Timor-Leste, focando o papel da participação popular na construção do estado. O capítulo argumenta que em Timor-Leste, a vontade popular tem vindo a ser um fator-chave para a consolidação da independência. Olhando para o Estado timorense, verifica-se que a participação popular tem sido enquadrada principalmente através do exercício do direito de voto. Foi assim na Consulta Popular de 1999, que deu formalmente origem à independência, e nas subsequentes eleições para a Assembleia Constituinte, até às eleições gerais de 2012. No entanto, o próprio sistema eleitoral, bem como a arquitetura constitucional, devem ser objeto de uma cuidada análise, por serem as instituições que vão enquadrar e canalizar esta participação, com impacto na estabilidade interna do país. Tendo como ponto de partida uma Consulta Popular, com uma taxa de participação de 98%, é importante analisar a esta luz os processos posteriores, tais como a elaboração da Constituição ou a configuração do sistema de formação de governo, nomeadamente, e ver de que forma se relacionam com as expectativas de participação da população, com um forte impacto num Estado ainda em consolidação. O capítulo analisa, assim, as eleições e o sistema eleitoral em Timor-Leste, incluindo a evolução da sua configuração, componentes ao longo do tempo e possíveis implicações, terminando com uma análise mais particular das eleições de 2012 e do sistema eleitoral existente, elencando alguns dos desafios e vantagens que estes podem representar no processo de consolidação do jovem Estado democrático.

A conclusão deste volume intitulada “Consolidação da paz e a sua sustentabilidade: desafios e oportunidades para Timor-Leste no contexto pós-intervenção” procura reunir os principais resultados a que esta investigação chegou, sistematizando as principais ideias relativas à multidimensionalidade destes processos, como forma de melhor compreender a realidade timorense no contexto de intervenção externa, abrindo novas avenidas de investigação no quadro pós-intervenção.

Bibliografia

- AUCOIN, Louis; BRANDT, Michele — East Timor's Constitutional Passage to Independence. In *Framing the State in Times of Transition: Case Studies in Constitution Making*, org. L. E. Miller. Washington, D.C.: United States Institute of Peace, 2010. p. 245-274.
- BEAUVAIS, Joel — Benevolent Despotism: A Critique of U.N. State-Building in East Timor. *International Law and Politics*. Vol. 33 (2001), p. 1101-1178.
- BELLAMY, Alex; WILLIAMS, Paul — Introduction: Thinking Anew about Peace Operations. *International Peacekeeping*. Vol. 11, nº 1 (2004), p. 1-15.
- BOUTROS-GHALI, Boutros — *An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-keeping*. Report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992 (A/47/277-S/24111, 17 junho 1992). [Acedido a 6 de out. 2012]. Disponível na Internet: <http://www.un.org/docs/SG/agpeace.html>.
- BROWN, M. Anne — The nation-building agenda in Timor-Leste. In *Security, Development and nation-Building in Timor-Leste. A cross-sectoral assessment*, org. V. Harris e A. Goldsmith. New York: Routledge, 2011. p. 17-37.
- DeSHAW RAE, James — *Peacebuilding & Transitional Justice in East Timor*. London: First Forum Press, 2009.
- DOYLE, Michael; SAMBANIS, Nicholas — *Making War & Building Peace*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- DUFFIELD, Mark — *Global Governance and the New Wars*. London: Zed Books, 2001.
- .; WADELL, Nicholas — *Human Security and Global Danger: Exploring a Governmental Assemblage*. Lancaster: University of Lancaster, 2004.
- ENTREVISTA. Embaixador Finn Reske-Nielsen, Representante Especial do Secretário-geral das NU em Timor-Leste, Díli, 6 julho 2012.
- ENTREVISTA. José Ramos-Horta, ex-Presidente da República de Timor-Leste, Díli, 1 julho 2012.
- FREIRE, Maria Raquel; LOPES, Paula Duarte — Peacebuilding in Timor-Leste: Finding a Way between External Intervention and Local Dynamics. *International Peacekeeping*. Vol. 20, nº 2 (2013), p. 204-218.

- GOVERNO TIMOR-LESTE — História. S/d. [Acedido a 22 de fev. 2012]. Disponível na Internet: <http://timor-leste.gov.tl/?p=29&lang=pt>.
- INTERNATIONAL DIALOGUE ON PEACEBUILDING AND STATEBUILDING. United Nations, abril 2010. Disponível na Internet: <http://www.pbsbdialogue.org/documentupload/44788922.pdf>.
- LEMAY-HEBERT, Nicolas — The ‘Empty-Shell’ Approach: The Setup Process of International Administrations in Timor-Leste and Kosovo, Its Consequences and Lessons. *International Studies Perspectives*. Vol. 12 (2011), p. 190-211.
- LOTHE, Elisabeth; PEAKE, Gordon — Addressing symptoms but not causes: stabilisation and humanitarian action in Timor-Leste. *Disasters*. Vol. 34, n.º 3 (2010), pp. 427-443.
- MAC GINTY, Roger — Hybrid Peace: The Interaction Between Top-Down and Bottom-Up Peace. *Security Dialogue*. Vol. 41, n.º 4 (2010), p. 391-412.
- NU — *Report of the Secretary-General on peacebuilding in the immediate aftermath of conflict (A/63/881-S/2009/304)*, 11 junho. New York: United Nations, 2009.
- NU — *United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines*. New York: United Nations Department of Peacekeeping Operations and Department of Field Support, 2008.
- NU — Letter from the Chargé d’Affaires a.i. of the Permanent Mission of Timor-Leste to the United Nations addressed to the President of the Security Council (S/2006/620), 7 agosto. New York: United Nations, 2006a.
- NU — *Report of the Secretary-General on Timor-Leste pursuant to Security Council Resolution 1690 (S/2006/628)*, 8 agosto. New York: United Nations, 2006b.
- NU — *CSNU Resolution 1704 (S/RES/1704)*, 25 agosto. New York: United Nations, 2006c.
- NU — *CSNU Resolution 1599 (S/RES/1599)*, 28 abril. New York: United Nations, 2005.
- NU — *Report of the Panel on United Nations Peace Operations (S/2000/809)*, 21 agosto. New York: United Nations, 2000.
- NU — *Question of East Timor. Report of the Secretary-General (S/1999/595)*, 22 maio. New York: United Nations, 1999a.
- NU — *CSNU Resolution 1246 (S/RES/1246)*, 11 junho. New York: United Nations, 1999b.

- PARIS, Roland — Peacebuilding and the Limits of Liberal Internationalism. *International Security*. Vol. 22, n.º 2 (1997), p. 54-89.
- .; SISK, Timothy (org.) — *The Dilemmas of Statebuilding: Confronting the Contradictions of Postwar Peace Operations*. New York: Routledge, 2009.
- PBSO — From Rhetoric to Practice: Operationalizing National Ownership in Post-Conflict Peacebuilding. *Workshop Report*. UN Peacebuilding Support Office, junho 2011. Disponível na Internet: http://www.un.org/en/peacebuilding/pbso/pdf/national_ownership_report.pdf.
- RAMSBOTHAM, Oliver [et al.] — *Contemporary Conflict Resolution*. 2nd ed. Cambridge: Polity, 2005.
- RICHMOND, Oliver — *The Transformation of Peace*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.
- . De-romanticising the local, de-mystifying the international: hybridity in Timor Leste and the Solomon Islands. *The Pacific Review*. Vol. 24, n.º 1 (2011), p. 115-136.
- SMITH, Michael G.; DEE, Moreen — *Peacekeeping in East Timor. The Path to Independence*. London: Lynne Rienner Publishers, 2003.
- TANSEY, Oisín — *Regime-Building: Democratization and International Administration*. Oxford e New York: Oxford University Press, 2009.
- UNTAET — UNTAET's 25 Major Achievements. *Fact Sheet 1*. UNTAET Press Office, abril 2002. [Acedido a 22 de fev. 2012]. Disponível na Internet: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/etimor/fact/fs01.PDF>.